



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 30/2016

**-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM SETE DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS:-----**

-----Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos e Eng.º Serafim Paulo Melo de Oliveira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pela pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

**1.- APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16/11/2016:**

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 16/11/2016, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

**2.- INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:**-----

-----O Senhor Presidente, em cumprimento ao disposto no artigo 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:**-----

----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 231, referente ao dia 6/12/2016 que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **4.-EXPEDIENTE:**-----

#### **4.1.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:**-----

----Foi presente a circular referência 89/2016/AG, datada de 2/11/2016 da Associação Nacional de Municípios Portuguesas a informar que na sequência das diligências efetuadas e das matérias do Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Investimento Municipal, a CIC 2020, deliberou, no dia 2 de novembro de 2016, sobre duas matérias com máxima relevância para as autarquias: Medidas de Simplificação de Investimento no Âmbito municipal; Operacionalização do Acelerador Investimento Municipal.-----

-----Remetendo assim para os devidos efeitos o teor das duas deliberações da CIC 2020.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:**-----

#### **5.1.-SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL ESCOLAR:**-----

##### **5.1.1.-Requerimentos de Comparticipação de Manuais Escolares:**-----

##### **5.1.1.1.-Procº. 212:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes para efeitos de apreciação e deliberação o requerimento abaixo identificado apresentado nos serviços para Comparticipação de Manuais Escolares do 1º.CEB:-----

-----Processo número 212 , registado com o número 905, em 24/10/2016, de Carla Susana Robalo Pinheiro Lopes, que requiere a comparticipação de 10,00€, referente a material escolar para a sua filha Ana Francisca Pinheiro Lopes que se encontra a frequentar o 1º. Ano, do 1º. CEB no Centro Educativo, não solicitando a comparticipação dos cadernos de atividades escolares uma vez que não adquiriu os mesmos nos estabelecimentos comerciais do Concelho



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de Mortágua.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade deliberou notificar o requerente do projeto de decisão de indeferimento do processo, devendo, se assim o entender, pronunciar-se por escrito, no prazo de dez (10) dias, nos termos do CPA sobre o mesmo.-----

### **5.1.1.2.-Procº. nº. 228:-----**

-----No seguimento da notificação efetuada a Vera Lúcia Mendes Cardoso através do ofício 6388, de 21 de novembro último, relativa ao projeto de indeferimento tomado na Reunião de Câmara de 16 de novembro de 2016, relativamente ao processo número 228 de comparticipação de manuais escolares para o 1º. CEB, por não cumprir o prazo para apresentação do pedido de atribuição conforme deliberação tomada na Reunião de Câmara de 17/08/2016, foi presente a informação dos serviços administrativos datada de 6 de dezembro a informar que terminou o prazo do período de audiência prévia para a requerente se pronunciar nos termos do CPA, não tendo dado entrada nos serviços qualquer resposta à referida notificação.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade converter o projeto de decisão de indeferimento tomado na reunião de Câmara de 16/11/2016, em decisão definitiva do presente processo nos termos e com os fundamentos ali indicados, devendo proceder-se à respetiva notificação ao requerente.-----

### **5.1.1.3.-Procº. nº.229:-----**

-----No seguimento da notificação efetuada a Alice Lopes através do ofício 6385, de 21 de novembro último, relativa ao projeto de indeferimento tomado na Reunião de Câmara de 16 de novembro de 2016, relativamente ao processo número 229 de comparticipação de manuais escolares para o 1º. CEB, por não cumprir o prazo para apresentação do pedido de atribuição conforme deliberação tomada na Reunião de Câmara de 17/08/2016, foi presente a informação dos serviços administrativos datada de 6 de dezembro a informar que terminou o prazo do período de audiência prévia para a requerente se pronunciar nos termos do CPA, não tendo dado entrada nos serviços qualquer resposta à referida notificação.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade converter o projeto de decisão de indeferimento tomado na reunião de Câmara de 16/11/2016, em decisão definitiva do presente processo nos termos e com os fundamentos ali indicados, devendo proceder-se à respetiva notificação ao requerente.-----

### **5.2.-JUVENTUDE:-----**

#### **5.2.1.-Apoio Natalidade e Famílias:-----**

##### **5.2.1.1.-Ratificação de processos:-----**

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura números 52, 55, 56,58 e 59 de 2016 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entraram nos serviços e que deferiu nos termos do número 1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

##### **5.2.1.2.-Proposta de Indeferimento do processo nº. 40/2016:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 40, registado nos serviços com o nº. 581, registado em 12/08/2016 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no Concelho de Mortágua, requerido por Bihua Wang, na qualidade de mãe de Shaofang Emen, nascido a 16/02/2016.-----

-----Após análise do processo verifica-se que o requerimento não cumpre a alínea h), do artigo 4º. – Apresentação do Pedido de Atribuição do Incentivo –, do Regulamento, pelo facto de não ter apresentado o cartão de cidadão da criança, tendo sido notificado através do ofício referência DAF/AG 5601, de 26/08/2016, para suprir a deficiência documental existente até à presente data não fez a junção de qualquer documento ao processo nem apresentou qualquer justificação.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, por unanimidade deliberou notificar o requerente do projeto de decisão de indeferimento do processo, devendo, se assim o entender, pronunciar-se por escrito, no prazo de dez (10) dias, nos termos do CPA sobre o mesmo.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:**

#### **6.1.-ASSOCIATIVISMO:**

##### **6.1.1.-Atividades Culturais Desportivas e Recreativas:**

##### **6.1.1.1.-Sporting Clube de Vale de Ações – Torneio Aguireira Cup 2016:**

-----Foi presente a carta datada de 15/11/2016 do Sporting Clube de Vale de Ações dando conhecimento de que vai realizar no Campo Juiz de Fora o Torneio Aguireira CUP 2016 com quatro (4) equipas do distrito de Viseu, e duas (2) do distrito de Coimbra no escalão sub 12 (futebol de 7), perfazendo entre atletas, equipas técnicas e diretores o total de cem (100) elementos inseridos no torneio.-----

-----Assim, considerando que os custos de iniciativas daquela natureza são cada vez mais difíceis de suportar pelas coletividades solicita o apoio financeiro da Câmara Municipal.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no montante de quinhentos euros (500,00€).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de cinquenta e seis mil e oitenta e oito euros e oitenta e dois cêntimos (56.088,82 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2016/5031 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas* com um saldo de seis mil quinhentos e sessenta e sete euros e cinquenta e um cêntimos (6.567,51 €), devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

-----Considerando que o valor do subsídio não é superior a mil euros (1.000,00 €) não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, conforme dispõe o seu artigo 2º.-----

##### **6.1.1.2.-Associação Cultural e Recreativa de Monte de Lobos – VI Passeio de S. Silvestre**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, datada de 8 de Novembro findo, da Associação Cultural e Recreativa de Monte de Lobos a solicitar o apoio financeiro da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

autarquia para fazer face às despesas inerentes à organização do seu tradicional Passeio de BTT de S. Silvestre.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, e considerando a natureza do evento, deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no valor de cento e cinquenta euros (150,00€). -----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de cinquenta e seis mil e oitenta e oito euros e oitenta e dois cêntimos (56.088,82 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2016/5031– *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas* com um saldo de seis mil quinhentos e sessenta e sete euros e cinquenta e um cêntimos (6.567,51 €), devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

-----Considerando que o valor do subsídio não é superior a mil euros (1.000,00 €) não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, conforme dispõe o seu artigo 2º.-----

### **7.-ACÇÃO SOCIAL:**-----

#### **7.1.-Cabaz de Natal de 2016 – Alteração ao número de agregados familiares :-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente uma informação da Assistente Social do Município, datada de 5/12/2016, a solicitar inclusão de mais três (3) agregados familiares na atribuição do cabaz de Natal de 2016, em virtude de as mesmas reunirem os critérios definidos para o efeito.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a inclusão de mais três (3) agregados familiares na atribuição do cabaz de Natal de 2016, conforme informação da Assistente Social do Município.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **8.-HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO:-----**

#### **8.1.-HABITAÇÃO:-----**

##### **8.1.1.-Bairro de Habitação Social da Gandarada:-----**

##### **8.1.1.1.-Proposta de atribuição de fogo T4 para Realojamento de Agregado Familiar:----**

-----Este ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos da presente reunião.-----

##### **8.1.1.2.-Abertura de concurso público para atribuição por classificação de 2 fogos T2 em regime de renda apoiada:-----**

-----Atendendo ao facto que se encontram vagos de dois (2) fogos de tipologia T2 no Bairro de Habitação Social da Gandarada o Senhor Presidente propôs que se procede-se à abertura o respetivo concurso público para a sua atribuição por classificação, em regime de renda apoiada, para a sua ocupação, apresentando para o efeito o respetivo Programa de Concurso Público, questionário e requerimento a preencher pelos candidatos ao mesmo.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade proceder à abertura de Concurso Público e aprovar o respetivo Programa.-----

#### **8.2.-PLANEAMENTO URBANÍSTICO:-----**

##### **8.2.1.-Alteração da repartição de encargos de compromisso plurianual da Prestação de Serviços de Elaboração da Revisão do PDM - Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Ldª.:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----Por meu despacho de 16/12/2014 foi autorizado, respetivamente, a decisão de contratar e a adjudicação do procedimento por ajuste direto para a Prestação de Serviços de Elaboração da Revisão do PDM à empresa Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Ldª..-----

-----Previamente à decisão de contratar, face ao prazo de execução da aquisição de serviços, 1 ano, sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal autorizou, na sessão de 12/12/2014, a assunção de compromisso plurianual da aquisição de serviço, em cumprimento do disposto nos artigos 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA),



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, e regulamentada através do Decreto-Lei nº.127/2012, de 21 de junho e, ainda, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA à taxa legal em vigor:-----

-----Ano de 2014 – 20.258,10 €;-----

-----Ano de 2015 - 47.268,90 €.-----

-----A referida adjudicação foi contratualizada em 19/12/2014, sendo que tinha a duração de um ano, cessando os seus efeitos em 19/12/2015.-----

-----Em consequência do atraso no desenvolvimento do processo da Revisão do PDM, nomeadamente a morosidade na nomeação pela CCDRC da Comissão de Acompanhamento, foi a pedido da empresa Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda. prorrogado, por meu despacho datado de 18/12/2015, por mais um ano o contrato da referida prestação de serviços.-----

-----A Assembleia Municipal, por deliberação tomada na sessão de 19/02/2016, veio a aprovar a nova assunção de compromisso plurianual conforme os valores que abaixo se indicam:-----

-----Ano de 2014 – 20.258,10 €;-----

-----Ano de 2015 – 0,0€;-----

-----Ano de 2016 - 47.268,9 €.-----

-----A empresa Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda. veio solicitar em 06/12/2016 uma segunda prorrogação de prazo de elaboração da Revisão do PDM, por mais um ano, devido ao facto de só recentemente lhe ter sido disponibilizada a cartografia de base topográfica (novembro de 2016), atualmente em processo de homologação, junto da Direção Geral do Território, bem como a recente informação por parte da CCDRC sobre a necessidade de nova delimitação da Reserva Ecológica Nacional para o Município à Luz dos novos critérios em vigor, impediram a desejável evolução dos trabalhos em causa.-----

-----Considerando que os motivos invocados não podem ser imputados ao adjudicatário e que os contratos de aquisição de serviços podem ter a duração máxima de três anos incluindo prorrogações (artº. 440º. conjugado com o artº. 451º. ambos do CCP). Qualquer alteração a



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

deliberação inicial deve ser aprovada pela mesma entidade.-----

-----Assim, será necessário previamente à decisão de prorrogação do prazo solicitado proceder à alteração da repartição de encargos autorizada pela Assembleia Municipal. O montante de 47.268,90€, deverá integrar o compromisso de 2017.-----

-----Esta despesa tem enquadramento no código 020214 do Orçamento Municipal.-----

-----Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere ao abrigo da alínea dd) do nº 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, submeter à Assembleia Municipal que conceda autorização para alteração da repartição de encargos do contrato inerente aos compromissos subjacentes para o compromisso plurianual para o ano de 2017 da forma que a seguir se indica:-----

-----Ano de 2014 – 20.258,10 €;-----

-----Ano de 2015 – 0,0 €;-----

-----Ano de 2016 – 0,0 €;-----

-----Ano de 2017 - 47.268,90 €.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

### **8.2.2.-Alteração da repartição de encargos de compromisso plurianual da Prestação de Serviços de Elaboração do Relatório Avaliação Ambiental Estratégica - Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda.:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----Por meu despacho de 16/12/204 foi autorizado, respetivamente, a decisão de contratar e a adjudicação do procedimento por ajuste direto para a Prestação de Serviços de Elaboração do Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica, necessário à Revisão do PDM, à empresa Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda.-----

-----Previamente à decisão de contratar, face ao prazo de execução da aquisição de serviços, 1



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ano, sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal autorizou, na sessão de 12/12/2014, a assunção de compromisso plurianual da aquisição de serviço, em cumprimento do disposto nos artigos 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro e regulamentada através do Decreto-Lei nº.127/2012, de 21 de junho e, ainda, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA à taxa legal em vigor:-----

-----Ano de 2014 – 0,0 €;-----

-----Ano de 2015 – 12.300,00 €;-----

-----A referida adjudicação foi contratualizada em 19/12/2014, sendo que tinha a duração de um ano, cessando os seus efeitos em 19/12/2015.-----

-----Em consequência do atraso no desenvolvimento do processo da Revisão do PDM, nomeadamente a morosidade na nomeação pela CCDRC da Comissão de Acompanhamento, foi a pedido da empresa Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda. prorrogado, por meu despacho datado de 18/12/2015, por mais um ano o contrato da referida prestação de serviços.-----

-----A Assembleia Municipal, por deliberação tomada na sessão de 19/02/2016, veio a aprovar a nova assunção de compromisso plurianual conforme os valores que abaixo se indicam:-----

----- Ano de 2014 – 0,0 €;-----

-----Ano de 2015 – 0,0 €;-----

-----Ano de 2016 – 12.300,00 €.-----

-----A empresa Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda. veio solicitar em 06/12/2016 uma segunda prorrogação de prazo de elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do PDM, por mais um ano, devido ao facto de só recentemente lhe ter sido disponibilizada a cartografia de base topográfica (novembro de 2016), atualmente em processo de homologação, junto da Direção Geral do Território, bem como a recente informação por parte da CCDRC sobre a necessidade de nova delimitação da Reserva



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Ecológica Nacional para o Município à Luz dos novos critérios em vigor, impediram a desejável evolução dos trabalhos em causa.-----

-----Considerando que os motivos invocados não podem ser imputados ao adjudicatário e que os contratos de aquisição de serviços podem ter a duração máxima de três anos incluindo prorrogações (artº. 440º. conjugado com o artº. 451º. ambos do CCP). Qualquer alteração à deliberação inicial deve ser aprovada pela mesma entidade.-----

-----Assim, será necessário previamente à decisão de prorrogação do prazo solicitado proceder à alteração da repartição de encargos autorizada pela Assembleia Municipal. O montante de 12.300,00€, deverá integrar o compromisso de 2017.-----

-----Esta despesa tem enquadramento no código 020214 do Orçamento Municipal.-----

-----Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere ao abrigo da alínea dd) do nº 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, submeter à Assembleia Municipal que conceda autorização para alteração da repartição de encargos do contrato inerente aos compromissos subjacentes para o compromisso plurianual para o ano de 2017 da forma que a seguir se indica:-----

-----Ano de 2014 – 0,0 €;-----

-----Ano de 2015 – 0,0 €;-----

-----Ano de 2016 – 0,0 €;-----

-----Ano de 2017 - 12.300,00 €.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

**8.2.3.-Alteração da repartição de encargos de compromisso plurianual da Prestação de Serviços de Elaboração e Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico - Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda.:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Por meu despacho foi autorizado, respetivamente, a decisão de contratar e a adjudicação do procedimento por ajuste direto para a Prestação de Serviços de Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico, necessário à Revisão do PDM, à empresa Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda.-----

-----Previamente à decisão de contratar, face ao prazo de execução da aquisição de serviços, 1 ano, sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal autorizou, na sessão de 12/12/2014, a assunção de compromisso plurianual da aquisição de serviço, em cumprimento do disposto nos artigos 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro e regulamentada através do Decreto-Lei nº.127/2012, de 21 de junho e, ainda, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA à taxa legal em vigor:-----

-----Ano de 2014 – 3.690,00 €; -----

-----Ano de 2015 – 8.610,00 €.-----

-----A referida adjudicação foi contratualizada em 19/12/2014, sendo que tem a duração de um ano, cessando os seus efeitos em 19/12/2015.-----

-----Em consequência do atraso no desenvolvimento do processo da Revisão do PDM, nomeadamente a morosidade na nomeação pela CCDRC da Comissão de Acompanhamento, foi a pedido da empresa Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda. prorrogado, por meu despacho datado de 18/12/2015, por mais um ano o contrato da referida prestação de serviços.-----

-----A Assembleia Municipal, por deliberação tomada na sessão de 19/02/2016, veio a aprovar a nova assunção de compromisso plurianual conforme os valores que abaixo se indicam:-----

-----Ano de 2014 – 0,0 €;-----

-----Ano de 2015 – 3.690,00 €;-----

-----Ano de 2016 – 8.610,00 €.-----

-----A empresa Lugar do Plano – Gestão do Território e Cultura, Lda. veio solicitar em 06/12/2016 uma segunda prorrogação de prazo de elaboração do Plano Estratégico e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Desenvolvimento Turístico de Mortágua que integra a Revisão do PDM, por mais um ano, devido ao facto de só recentemente lhe ter sido disponibilizada a cartografia de base topográfica (novembro de 2016), atualmente em processo de homologação, junto da Direção Geral do Território, bem como a recente informação por parte da CCDRC sobre a necessidade de nova delimitação da Reserva Ecológica Nacional para o Município à Luz dos novos critérios em vigor, impediram a desejável evolução dos trabalhos em causa.-----

-----Considerando que os motivos invocados não podem ser imputados ao adjudicatário e que os contratos de aquisição de serviços podem ter a duração máxima de três anos incluindo prorrogações (artº. 440º. conjugado com o artº. 451º. ambos do CCP). Qualquer alteração à deliberação inicial deve ser aprovada pela mesma entidade.-----

-----Assim, será necessário previamente à decisão de prorrogação do prazo solicitado proceder à alteração da repartição de encargos autorizada pela Assembleia Municipal. O montante de 8.610,00€, deverá integrar o compromisso de 2017.-----

-----Esta despesa tem enquadramento no código 020214 do Orçamento Municipal.-----

-----Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere ao abrigo da alínea dd) do nº 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, submeter à Assembleia Municipal que conceda autorização para alteração da repartição de encargos do contrato inerente aos compromissos subjacentes para o compromisso plurianual para o ano de 2017 da forma que a seguir se indica:-----

-----Ano de 2014 – 0,0 €;-----

-----Ano de 2015 – 3.690,00€;-----

-----Ano de 2016 – 0,0 €;-----

-----Ano de 2017- 8.610,00 €.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **8.2.4.-PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana da ARU de Vale de Açores e Mortágua - Contrato no âmbito da Candidatura ao Programa Operacional Centro.Portugal 2020:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 576/16, de 16/11/2016 do programa operacional Centro. Portugal 2020 através do qual, remete dois exemplares do contrato PARU de Mortágua para assinar e devolução de um exemplar, na sequência da deliberação da Comissão Diretiva de 04/10/2016 e da aceitação da minuta de contrato de 25/10/2016.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade mandar o Senhor Presidente para outorgar o respetivo contrato.-----

### **9.-SANEAMENTO E SALUBRIDADE:-----**

#### **9.1.-CEMITÉRIOS DE CASAS MORTUÁRIAS:-----**

##### **9.1.1.-Proposta relativa ao Pedido de Autorização Prévia de Compromisso Plurianual decorrente da Prorrogação do Prazo de Execução da Empreitada de Construção da Casa Mortuária de Vale de Açores:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----Por meu despacho de 29/07/2016 foi adjudicada a “Construção da Casa Mortuária de Vale de Açores”, à empresa Cipriano Pereira de Carvalho e Filhos, Ldª. pelo valor de 64.990.61 €, acrescido de IVA à taxa legal, e que o respetivo contrato foi celebrado a 17/08/2016.-----

-----A consignação da obra teve lugar a 18/08/2016, seguindo-se a comunicação à entidade executante, da aprovação do Plano de Segurança e Saúde, pelo que, atendendo ao prazo de execução inicial da empreitada, 90 dias, a mesma deveria ter sido concluída até ao dia 16/11/2016.-----

-----Em 7/11/2016 veio o adjudicatário requerer que lhe seja concedida uma prorrogação graciosa de prazo, por 90 dias, para concluir os trabalhos da obra.-----

-----O fundamento do pedido assenta nos pressupostos que as causas se devem sobretudo ao



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

facto estabelecido ser demasiado curto para o tipo de obra em questão, não dando margem para pequenas quebras de tempos de espera necessários entre as várias fases da obra com o intuito de obter um trabalho de qualidade.-----

-----A informação constante no processo do Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território, datada de 17/11/2016, considera que é justificável pretensão da prorrogação solicitada atendendo a:-----

-----*“razões técnicas invocadas no ofício (e-mail), relativas à existência das estruturas de betão armado e lajes aligeiradas em pisos e coberturas que carece de prazos de cura que permitem a sua utilização em obra;*-----

-----*às condições climáticas decorrentes da época (frio, chuva e humidade);*-----

-----*da imobilização da obra motivada por um conjunto de feriados que tem provocado a quebra do ritmo de execução;*-----

-----*da alteração da cobertura em terraço, para colocação de uma cobertura suplementar, sumida em chapa sandwich, que garanta maior estanquidade ao edifício”.*-----

-----Assim, a empreitada vai necessariamente desenvolver-se por dois anos económicos distintos tornando-se necessário proceder à repartição de encargos pelos anos de 2016 e 2017, no seguinte enquadramento orçamental na rubrica 07010413 .-----

-----A competência para a decidir a prorrogação cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, à semelhança do que é previsto pelo CCP noutras situações (artigos 64º. nº. 4, 133º., nº. 7, 175º., nº.4 todos do CCP).-----

----- Para cumprimento do artigo 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº.8/2012, de 21 de fevereiro, e regulamentada através do Decreto-Lei nº.127/2012, de 21 de junho e, ainda, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, é necessário que a Assembleia Municipal de Mortágua, aprove previamente a assunção deste compromisso plurianual, uma vez que a repartição de encargos inerente cai fora dos casos previstos na autorização genérica emitida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 11/12/2015.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Assim, proponho que a Câmara delibere submeter à Assembleia Municipal a autorização prévia para assunção de compromisso plurianual da subjacente à alteração do prazo de execução da empreitada, para cumprimento do disposto nos artigos 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro e regulamentada através do Decreto-Lei nº.127/2012, de 21 de junho e, ainda, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA à taxa legal em vigor:-----

-----Ano de 2016 – 25.055,36 €;-----

-----Ano de 2017 – 39.935,25 € “-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

### **10.-PROTEÇÃO CIVIL:**-----

#### **10.1.-PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DA MANCHA FLORESTAL:**-----

##### **10.1.1.-Apoio a Investimentos das Associações Locais:**-----

##### **10.1.1.1.-Associação Cultural e Desportiva da Sobrosa:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, sem data e recebida a 14/09/2016 da Associação Cultural e Desportiva da Sobrosa através da qual dá conhecimento que participou no combate ao incêndio que deflagrou no dia 10 de agosto no território deste Concelho com a sua viatura com canhão, tendo transportado mais de trezentos mil (300.000) litros de água, gasto quinhentos e trinta (530) litros de gasóleo, rompido três (3) mangueiras e outros materiais.-----

-----Assim, solicita o apoio financeiro para aquisição de material indispensável no combate a incêndios, duzentos (200) metros de mangueira, três (3) intercomunicadores, uma agulheta, luvas, vários capacetes, entre outras coisas.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de mil euros (1.000,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de cinquenta e um mil cento e trinta e seis euros e cinquenta e um cêntimos (51.136,51 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 07 Proteção Civil, no projeto 2016/5075– Apoio Investimentos Instituições Locais com um saldo de cinco mil euros (5.000,00 €), devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

-----Considerando que o valor do subsídio não é superior a mil euros (1.000,00 €) não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, conforme dispõe o seu artigo 2º.-----

### **10.1.1.2.-Associação Desportiva, Cultural e Desportiva de Anceiro:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, sem data e recebida a 10/10//2016 da Associação Desportiva, Cultural e Desportiva de Anceiro através da qual dá conhecimento que participou no combate ao incêndio que deflagrou no dia 10 de agosto no território deste Concelho com a sua cisterna, tendo sofrido alguns danos no material nomeadamente no rolo da mangueira e no macaco de elevação.-----

-----Assim, solicita o apoio financeiro para aquisição do material danificado-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de quinhentos euros (500,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de cinquenta e um mil cento e trinta e seis euros e cinquenta e um cêntimos (51.136,51 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 07 Proteção Civil, no projeto 2016/5075– Apoio Investimentos Instituições Locais com um saldo de cinco mil euros (5.000,00 €), devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

-----Considerando que o valor do subsídio não é superior a mil euros (1.000,00 €) não está



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, conforme dispõe o seu artigo 2º.-----

### **10.1.1.3.-Associação Social Cultural Desportiva Estrelas da Serra (Aveleira):-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, sem data e recebida a 26/10/2016 da Associação Social Cultural Desportiva Estrelas da Serra (Aveleira) através da qual dá conhecimento que participou no combate ao incêndio que deflagrou no dia 10 de agosto no território deste Concelho, bem como na prevenção de incêndios florestais durante os primeiros quinze (15) dias de agosto com a sua viatura, o que provocou uma elevada despesas para aquela associação quer com o combustível, quer com o equipamento que foi destruído (mangueiras), quer com a avaria da moto bomba e fuga de óleo no motor na sua carrinha Toyota.-----

-----Assim, solicita o apoio financeiro para fazer face às despesas inerentes à sua ação de combate e prevenção de fogos florestais.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de mil euros (1.000,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundo disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de cinquenta e um mil cento e trinta e seis euros e cinquenta e um cêntimos (51.136,51 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 07 Proteção Civil, no projeto 2016/5075– Apoio Investimentos Instituições Locais com um saldo de cinco mil euros (5.000,00 €), devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

-----Considerando que o valor do subsídio não é superior a mil euros (1.000,00 €) não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, conforme dispõe o seu artigo 2º.-----

### **10.1.1.4.-Associação de Desenvolvimento Social e Cultural Desportivo de Quilho:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, datada de 11/11/2016 da Associação de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Desenvolvimento Social e Cultural Desportivo de Quilho, dando conhecimento que participou no combate ao incêndio que deflagrou no dia 10 de agosto no território deste Concelho com a sua viatura, o que provocou uma elevada despesa para aquela associação quer com o combustível, quer com o equipamento que foi destruído (mangueiras), quer com a avaria da moto bomba de água do trator.-----

-----Assim, solicita o apoio financeiro para fazer face às despesas inerentes à sua ação de combate e prevenção de fogos florestais.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de quinhentos euros (500,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 080701 – *Instituições sem fins lucrativos*, com um saldo de cinquenta e um mil cento e trinta e seis euros e cinquenta e um cêntimos (51.136,51 €) e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 07 Proteção Civil, no projeto 2016/5075– Apoio Investimentos Instituições Locais com um saldo de cinco mil euros (5.000,00 €), devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

-----Considerando que o valor do subsídio não é superior a mil euros (1.000,00 €) não está obrigado às formalidades do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, conforme dispõe o seu artigo 2º.-----

**10.1.2.-Emissão de parecer referente à autorização para ações de (re)arborização de José Pereira da Silva:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o correio eletrónico com o código de registo número PR014327.2016, datado de 15/11/2016 do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas a solicitar, nos termos do nº.1, do artigo 9º. do Decreto-Lei nº. 96/2013, de 19 de julho, a emissão do parecer desta Câmara sobre o pedido de autorização para ações de (re)arborização de José Valente Pereira da Silva.-----

-----O Gabinete Técnico Florestal emitiu o seguinte parecer:-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----“Nos termos do nº.1 do artigo 9º. do Decreto-Lei nº.96/2013, de 19 de julho, os pedidos de autorização prévia para as ações de (re)arborização são submetidos a parecer da Câmara Municipal.-----

-----No seguimento da notificação eletrónica da plataforma SI-ICNF, para emissão de parecer referente à autorização para a (re)arborização de José Valente Pereira da Silva (183063317), que foi submetido ao Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I.P. (ICNF) e que se encontra disponível para consulta na plataforma com os documentos relativos ao pedido de autorização, incluindo a respetiva informação cartográfica consultada.-----

-----Após análise e enquadramento do projeto em PDM eficaz, verifica-se que 2000 m<sup>2</sup> se inserem em espaço afeto à REN em áreas com risco de erosão, estando os restantes 3.01 há em “espaço florestal”.-----

-----Quanto ao enquadramento no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Mortágua, a área confronta com Rede Viária Florestal em locais onde não estão previstas Faixas de Gestão de Combustíveis da Rede Secundária, previstas no nº. 1 do artigo 15º. do Decreto-Lei nº. 17/2009, de 14 de janeiro.-----

-----As operações de preparação e mobilização de solo para reflorestação, propostas no projeto são tecnicamente adequadas, não induzem aumento do risco de erosão.-----

-----Tratando-se de uma reflorestação com eucaliptos, não se verifica alteração de coberto existente, a espécie é coincidente com as condições edafoclimáticas da estação.-----

-----Em conclusão, cumpridas todas as normas e condicionantes legais, nada há a opor ao projeto apresentado.”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável.-----

### **10.1.3.-Posto de Vigia do Moinho do Pisco – Protocolo Inter-Municipal:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Acordo de Colaboração assinado com os Municípios de Águeda, Mealhada e Mortágua, que visa assegurar o apoio financeiro a prestar por aqueles Municípios ao Município de Anadia, para comparticipação das despesas, de quinze



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

mil e novecentos euros (15.900,00€) a realizar com a construção do Posto de Vigia do Moinho do Pisco, cuja minuta foi aprovada na Reunião de Câmara de 4/10/2016.-----

----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **11.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----**

#### **11.1.-EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL:-----**

##### **11.1.1.-Estudo de Impacto Ambiental da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----**

-----O Senhor Presidente informou que no seguimento da aprovação do Plano de Pormenor da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira e da candidatura ao Portugal 2020 foi necessário elaborar o respetivo Estudo de Impacte Ambiental para a área abrangida pelo PP, tendo sido este adjudicado no uso da sua competência própria à firma "Geolayer, Ld".-----

-----Assim, foi presente o Estudo de Impacte Ambiental da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, que, de acordo com a informação do Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, datada de 2/12/2016, reúne condições para ser aprovado pela Câmara Municipal, devendo ser posteriormente remetido à CCDRC.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade aprovar o estudo de impacte ambiental.-----

##### **11.1.2.-Proposta relativa ao Pedido de Autorização Prévia de Compromisso Plurianual decorrente da contratação da prestação de serviço de um arqueólogo para acompanhamento da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----**

-----Este ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos.-----

##### **11.1.3.-Empreitada de Execução da 1ª Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----**

###### **11.1.3.1.-Aprovação da Alteração ao loteamento:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Coordenador Técnico da Unidade de Contratação Pública, datada de 28/11/2016, sobre o assunto em epígrafe, e que a seguir se transcreve:-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----“ASSUNTO: Loteamento da 1ª Fase do Plano de Pormenor de expansão do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira.-----

-----A Câmara Municipal em sua reunião de 18 de Maio de 2016 aprovou as operações de loteamento da 1ª fase do Plano de Pormenor de expansão do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira.-----

-----Verifica-se agora que o alvará contém duas incorreções que serão necessárias corrigir.-----

-----PRIMEIRA-----

-----Prende-se com a área de vias e passeios mencionadas no referido alvará respetivamente de 7.056,30 m<sup>2</sup> e de 3.512,59 m<sup>2</sup>. Estas áreas neste documento foram subtraídas à área total dos terrenos adquiridos pela Câmara.-----

-----Acontece que na área intervencionada já existe uma via pública que vai servir de base à realização da “nova via” e cuja área não foi contemplada no referido alvará como compensação.-----

-----Deste modo a área pública existente que vai ser utilizada na “nova” é de 6.000 m<sup>2</sup> (via e passeios) .-----

-----SEGUNDA-----

-----Esta prende-se com a área constante no dito alvará como espaços verdes de protecção de 6.185,95 m<sup>2</sup> e que também foi subtraída à área adquirida pela Câmara.-----

-----Esta área deverá ser retirada das especificações do alvará uma vez que a Câmara terá que negociar a forma de indemnização aos proprietários. A negociação terá que ser efectuada na sua globalidade para as três fases do Plano de Pormenor. (Nota: Esta área a nível registrais consta erradamente da área loteada).-----

-----Assim as especificações do citado alvará deverão ser corrigidas da seguinte forma:-----

-----A área de 6.000 m<sup>2</sup> (vias e passeios) e a área de protecção de 6.185,95 m<sup>2</sup> deverão ser incorporadas na área da parcela restante constante do alvará. Esta parcela restante ficará com a área de **28.399,98 m<sup>2</sup>** .-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

----- (Nota: A área das vias e passeios (6.000 m<sup>2</sup>) só é retirada para efeitos matriciais e registrais).-----

### -----QUADRO RESUMO-----

ALVARÁ EM VIGOR		ALTERAÇÃO	
Área total a lotear	138.918 m <sup>2</sup>	Área a lotear	Mantem-se
Área total dos lotes	110.650 m <sup>2</sup>	Área total dos lotes	Mantém-se
Área de passeios	3.512,59 m <sup>2</sup>	Área de passeios	2.512,59 m <sup>2</sup>
Área de vias	7.056,30m <sup>2</sup>	Área de vias	2.056,30 m <sup>2</sup>
Área de estacionamento	1.923 m <sup>2</sup>	Área de estacionamento	Mantém-se
Espaços de proteção	6.185,95m <sup>2</sup>	Espaços de proteção	Retirada
Espaços verdes Ut. Coletiva	9.590,1 m <sup>2</sup>	Espaços verdes utilização coletiva	Mantém-se
Parcela restante	15.881,03 m <sup>2</sup>	Parcela restante	28.339,98 m <sup>2</sup>

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade aprovar a alteração do loteamento.-----

### **11.1.3.2.-Proposta de Trabalhos a Mais:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, datada de 6/12/2016, sobre o assunto em epígrafe e que a seguir se transcreve:-----

-----"Assunto: " Execução da 1ª fase das infraestruturas do Plano de Pormenor para a ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira" – Trabalhos a mais/imprevistos.

-----Informo V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> que, estando a decorrer as obras de execução da 1ª fase das infraestruturas do Plano de Pormenor para a ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, adjudicada á firma "Socitop, Ld<sup>ª</sup>", se constatou que há necessidade de executar trabalhos a mais/imprevistos no respectivo contrato:-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----1) Há necessidade de proceder a alterações de pormenor da rasante dos arruamento A e B, bem como ligeiras correcção do aterro dos lotes intervencionados nesta fase, conforme perfis em anexo. A preços contratuais estas alterações têm um custo de 21.399,91 Euros (quadro sub);-----

### EXECUÇÃO DA 1ª FASE DAS INFRAESTRUTURAS DO PLANO DE PORMENOR PARA A AMPLIAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL MANUEL LOURENÇO FERREIRA

#### COMPARATIVO DE MEDIÇÕES DE TERRAPLENAGEM

P.Unit	0,58 €	1,53 €	0,60 €	0,95 €	0,70 €	0,45 €	0,45 €
Local:	Esc. Terra (m3)	Esc.Rocha (m3)	ATERRO (m3)	Vazadouro (m3)	Reg. Tal.Esc Rocha(m2)	Reg.Tal.Esc Terra(m2)	Reg.Tal. Aterro(m2)
RUA B-inicial	13 783,83	9 189,28	35 408,47	-12 435,26			
Lote 18-inicial	118 152,32	78 788,22	69 751,84	127 168,70			
RUA B-alterada	13 344,97	8 896,85	43 969,28	-21 727,66			3 885,81
RUA A	17 583,53		5 149,45	12 414,08			1 097,45
LOTE 18	115 456,98	81 484,84	68 189,48	128 732,34	188,00	6 341,87	370,98
LOTE 33	4 793,52		11,91	4 781,61			
Total REAL	151 159,00	90 361,49	117 320,12	124 200,37	188,00	6 341,87	5 354,24
Valores €	87 672,22 €	138 253,07 €	70 392,07 €	117 990,35 €	131,60 €	2 853,84 €	2 409,41 €
419 702,57 €							
Previsto no contrato	151 159,00	81 393,00	101 300,00	131 252,00	188,00	281,00	826,00
Valores €	87 672,22 €	124 531,29 €	60 780,00 €	124 689,40 €	181,60 €	126,45 €	371,70 €
398 302,66 €							
Diferencial (quant)	0,00	8 968,49	16 020,12	-7 051,63	0,00	6 060,87	4 528,24
Valores €	0,00 €	13 721,78 €	9 612,07 €	-6 699,05 €	0,00 €	2 727,39 €	2 037,71 €
21 399,91 €							

-----2) A natureza geológica dos terrenos que, embora tenha sido efectuado estudo geológico e geotécnico do terreno, não foram detetadas zonas de baixa aluvionar que há necessidade de sanear, retirando os solos argilosos e terras vegetais por solos adequados, bem como a colocação de geossintéticos: A preços contratuais estas intervenções ascendem a 59.974,72 Euros (quadro sub);-----

### EXECUÇÃO DA 1ª FASE DAS INFRAESTRUTURAS DO PLANO DE PORMENOR PARA A AMPLIAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL MANUEL LOURENÇO FERREIRA

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	UN	CONTRATO-PREVISTO			A EXECUTAR		TMM	
			QUANT.	P. UNIT.	P. TOTAL	Quant	Valor	Quant	Valor
1	TERRAPLENAGEM - Trabalhos a realizar de acordo com o projeto e satisfazendo o especificado no C.E.				19 814,40 €		79 789,12 €		59 974,72 €
1.1	Trabalhos preparatórios:								
1.1.3.2	Saneamento em fundação de aterros, incluindo carga, transporte e espalhamento em vazadouro ou depósito provisório, e eventual indemnização por depósito.	m3	8 640,00	0,98 €	8 467,20 €	36 198,38	35 474,41 €	27 558,38	27 007,21 €
1.1.3.3	Preenchimento dos volumes saneados com materiais adequados, incluindo o seu fornecimento, transporte, espalhamento e compactação	m3	8 640,00	0,98 €	8 467,20 €	36 198,38	35 474,41 €	27 558,38	27 007,21 €
1.1.4	Fornecimento e colocação de geossintéticos em fundação de aterros:								
1.1.4.1	Sobre baixas aluvionares compressíveis ou outros solos moles, com o objectivo essencial de desempenhar as funções de separação e/ou filtro.	m2	7 200,00	0,40 €	2 880,00 €	22 100,75	8 840,30 €	14 900,75	5 960,30 €
TRABALHOS CONTRATUAIS					TOTAL: 19 814,40 €		79 789,12 €		59 974,72 €



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----3) Existe necessidade de colocação de um coletor de diâmetro 1,00m, não previsto para drenar a zona de drenagem natural das águas existente e não prevista no projeto das infraestruturas. O facto de não se executarem, brevemente, as obras de infraestruturização da 3ª fase do Plano de Pormenor para a ampliação do PIMLF ( a montante da 1ª fase) e como existe aterro previsto na zona limite entre a 1ª e a 3ª fase, implica o aparecimento de uma “lagoa” artificial neste local em períodos chuvosos, o que deterioraria os solos colocados nos lotes infraestruturados e inviabilizaria as novas construções industriais, se não fosse colocado esse coletor que irá ligar a um de igual diâmetro existente na passagem da Estrada Nacional nº 228.

O mapa de trabalhos necessários para a colocação deste coletor são:-----

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	UN	QUANT.	P. UNIT.	P. TOTAL
	<b>DRENAGEM</b>				- €
1	<b>PASSAGEM HIDRAULICA Ø1000</b> Execução de passagem hidráulica Ø1000, com fornecimento e assentamento de manilhas armadas pré-fabricadas da classe V, incluindo reforço da base de assentamento em camada de tout-venant com 30 cm de espessura devidamente compactada e posterior aterro técnico até ao recobrimento total da manilha.	ml	341,62		
2	Execução de caixas de visita com base em betão pré fabricado armado e prolongamento em anéis pré-fabricados Ø 1250 armados, incluindo cone e tampa em FFD D400, bem como o aterro técnico.	un	2,00		
TOTAL:					- €

-----4) Estes trabalhos imprevistos, a preços correntes atuais praticados na região estimam-se em cerca de 69 500 Euros, devendo ser solicitada proposta ao empreiteiro para a execução destes trabalhos imprevistos.-----

-----Atendendo a que:-----

-----1) Esses trabalhos a mais/imprevistos tornam-se absolutamente necessários á execução da obra, na sequência de uma circunstancia imprevista, que é o encharcamento dos solos existentes, bem como a necessidade de uma drenagem eficaz de toda a envolvente e correcções pontuais de cotas dos arruamentos para entrada nos futuros lotes industriais;

-----2) Os trabalhos a mais/imprevistos necessários não podem ser tecnicamente separáveis do objecto do contrato sem graves inconvenientes para o município;-----

-----3) O contrato foi celebrado através de concurso publico;-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----4) A empresa projetista (Tecnoapa, lda) – email em anexo, concorda com a necessidade de execução desses trabalhos.-----

-----5) O valor dos trabalhos a mais/imprevistos somado ao preço contratado não ultrapassa o limiar da Directiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu;-----

-----6) O preço dos trabalhos a mais não ultrapassa 40% do valor contratual (687.222,27 Euros).-----

-----Assim, os trabalhos a mais necessários reúnem os requisitos exigidos para a sua execução nos termos do artº. 370º. do CCP, com a alteração introduzida pelo Dec. Lei 149/2012 de 12 de Julho, devendo ser solicitada proposta ao empreiteiro para a execução dos trabalhos imprevistos constantes do quadro supra (passagem hidráulica)..”-----

----- A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por maioria com quatro votos a favor do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD, e três abstenções dos Vereadores eleitos pelo PS, Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes aprovar a proposta de trabalhos a mais proposta pelos serviços e solicitar ao adjudicatário da obra proposta para a execução dos trabalhos imprevistos.-----

### **11.1.3.3.-Prorrogação de Execução de Prazo da Empreitada – Autorização Prévia de compromisso plurianual:-----**

-----Considerando que: -----

-----Por deliberação tomada na Reunião de Câmara de 24/06/2016 foi adjudicada a empreitada da 1ª. Fase das infraestruturas do Plano de Pormenor para a ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, à empresa Socitop,Lda., Lda. pelo valor de 687.722,27 €, acrescido de IVA à taxa legal.-----

-----O respetivo contrato foi celebrado a 05/07/2016, tendo obtido o Visto de Tribunal de Contas em 11/08/2016.-----

----- A consignação da obra teve lugar a 12/07/2016, seguindo-se a comunicação à entidade executante, da aprovação do Plano de Segurança e Saúde, pelo que, atendendo ao prazo de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

execução inicial da empreitada, 90 dias, a mesma deveria ter sido concluída até ao dia 12/10/2016.-----

-----Em 23/09/2016 veio o adjudicatário requerer que lhe fosse concedida uma prorrogação graciosa de prazo, por 90 dias, uma vez que no decorrer e apesar do correto cumprimento do plano de equipamento e mão-de-obra verificou-se que devido à natureza geológica dos solos não foi possível cumprir o prazo estipulado.-----

-----Em reunião de Câmara de 04/10/2016, e de acordo com a informação do Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos foi deliberado aprovar a prorrogação do prazo para a execução da obra por 81 dias (até 31/12/2016).-----

-----O adjudicatário apresentou em 6/12/2016 um segundo pedido de concessão de prorrogação de prazo por mais 90 dias, dado que se constatou ao longo da execução dos trabalhos a existência de rocha, existindo a necessidade de recurso ao desmonte de rocha com explosivos. Sendo o processo de obtenção de licenciamento no uso de explosivos moroso e condiciona o prazo da empreitada.-----

-----Existem trabalhos a mais além dos previstos a executar e que estão subjacentes ao encadeamento das atividades previstas.-----

-----A informação do Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbano, datada de 06/12/2016, refere que conforme dispõe o n.º 2 do art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, se a prorrogação for graciosa, o empreiteiro não terá direito a qualquer acréscimo de valor da revisão de preços em relação ao prazo acrescido, devendo esta fazer-se pelo plano de pagamentos que, na data da prorrogação se encontrar em vigor. O prazo solicitado de prorrogação de 90 dias, terminará no dia 1 de abril de 2017.-----

-----Assim considera que se deveria deferir a pretensão nas seguintes condições:-----

-----a) A prorrogação deverá ser graciosa;-----

-----b) O prazo para execução da obra deverá ser prorrogado até 1 de abril de 2017, tempo que se estima como suficiente para a conclusão da obra.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A empreitada vai necessariamente desenvolver-se por dois anos económicos distintos tornando-se necessário proceder à repartição de encargos pelos anos de 2016 e 2017, no seguinte enquadramento orçamental na rubrica 070030301.-----

-----A competência para a decidir a prorrogação cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, à semelhança do que é previsto pelo CCP noutras situações (artigos 64º. nº. 4, 133º., nº. 7, 175º., nº.4 todos do CCP).-----

-----Para cumprimento do artigo 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro e regulamentada através do Decreto-Lei nº.127/2012, de 21 de junho e, ainda, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, é necessário que a Assembleia Municipal de Mortágua, aprove previamente a assunção deste compromisso plurianual, uma vez que a repartição de encargos inerente cai fora dos casos previstos na autorização genérica emitida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 11/12/2015.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere submeter à Assembleia Municipal a autorização prévia para assunção de compromisso plurianual da subjacente à alteração do prazo de execução da empreitada, para cumprimento do disposto nos artigos 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, e regulamentada através do Decreto Lei nº.127/2012, de 21 de junho e, ainda, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA à taxa legal em vigor:-----

-----Ano de 2016 – 423.326,79 €;-----

-----Ano de 2017 –305.658,82 € “-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por maioria com seis votos a favor, sendo quatro do Presidente e dos Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e duas dos Vereadores eleitos pelo PS, e uma abstenção do Senhor Vereador Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, eleito pelo PS, aprovar a proposta.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **11.1.4.- 2ª. Fase das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----**

#### **11.1.4.1.-Aprovação do Projeto de Execução:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o projeto de “Infraestruturas do Plano de Pormenor para Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira”, acompanhado de parecer emitido, em 5/12/2016 pelo Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos e que a seguir se transcreve:-----

-----“Junto anexo projeto das infraestruturação da 2ª. fase da ampliação do Parque Manuel Lourenço Ferreira (PIMLF), elaborado pela Firma Tecnoapa, Lda. cujo orçamento, a preços da proposta adjudicada para a infraestruturação da 1ª. fase, a preços correntes, do projeto de infraestruturação do PIML (Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira) – 1ª. Fase, total estimado é de 678.833,60 €.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou, por unanimidade aprovar o projeto.---

#### **11.1.4.2.-Abertura do concurso Público para adjudicação da empreitada – Autorização para repartição de encargos:-----**

-----No seguimento do ponto anterior que aprovou o projeto de execução de “2ª. Fase das Infraestruturas da Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira” o Senhor Presidente informou que se torna necessário proceder à execução da 2ª. Fase das referidas infraestruturas, a obra a executar se situa, na União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça.-----

-----Para o efeito, propôs:-----

-----A execução de uma empreitada nos termos definidos no Processo de Concurso composto pelo Programa de Procedimento e pelo Caderno de Encargos.-----

-----A abertura do respetivo procedimento através, de um Concurso Público, efetuado de acordo com a alínea b), do artigo 19.º, cujo trâmite seguirá nos termos do artigo 130.º e seguintes, do Decreto- Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação dada pelo Decreto- Lei n.º 278/2009, de 02 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

149/2012, de 12 de julho, vulgo Código dos Contratos Públicos, como abaixo se designa, para o procedimento supra mencionado, com a publicação do respetivo anúncio no Diário da República.-----

-----CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO: A adjudicação será efetuada à proposta financeiramente mais vantajosa, atendendo ao disposto no Programa de Procedimento, do presente Processo de Concurso.-----

-----APROVAÇÃO DO PROCESSO DE CONCURSO: Junto se anexa o respetivo Processo de Concurso (Programa de Procedimento e Caderno de Encargos) nos termos da alínea b), do número 1, do artigo 40.º, do Código dos Contratos Públicos, para aprovação.-----

-----JÚRI: De acordo com o número 1, do artigo 67.º, do Código dos Contratos Públicos, "...os procedimentos para formação de Contrato são conduzidos por um Júri, designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, composto, em número ímpar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes", cujo funcionamento e competências se encontram regulamentadas nos artigos 68.º e 69.º do mesmo Diploma Legal. Para efeitos do Concurso Público mencionado em epígrafe, propõe-se para Júri, os seguintes elementos: -----

-----Presidente: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Vereador;-----

-----Vogais: Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão; Manuel Jorge Gomes Nunes, Coordenador Técnico;-----

-----Suplentes: Drª. Sandrine Bento Matos, Técnica Superior; Engº. Luis Filipe Martins Rodrigues, Técnico Superior.-----

-----Contudo, e atendendo ao disposto no número 2, do artigo 69.º, do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar, pode delegar no Júri competências pelo que, no âmbito do presente procedimento, se propõe que o mesmo possa proceder a toda a tramitação processual que venha a ser nesse âmbito necessária, nomeadamente proceder à resposta aos esclarecimentos, eventualmente apresentadas no decurso da apresentação das propostas, ou à competente prorrogação do prazo de apresentação das



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

propostas que se venha a verificar, bem como a proceder à tramitação processual de eventuais impugnações administrativas que venham a ocorrer no decorrer do mesmo.-----

-----PRAZO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA: 150 dias seguidos (incluindo sábados, domingos e feriados). -----

-----VALOR BASE DA EMPREITADA: O custo com a presente empreitada estima-se, de acordo com os trabalhos a executar, no valor global de 678.833,60 €.-----

-----IMPUTAÇÃO ORÇAMENTAL: Caso autorizada, a despesa com o presente procedimento deverá onerar, em função da conjugação do prazo de execução da obra e do período necessário para a conclusão do presente procedimento, o orçamento do ano económico de 2017, na rubrica abaixo indicada.-----

-----O preço base do procedimento encontra-se previamente cabimentado, sob o número arrolado abaixo. -----

-----. O cabimento foi efetuado, na seguinte rubrica, nos termos que se expressam: Rubrica do Plano Plurianual de Investimento - 08 003 Expansão da Zona Industrial, 2014/24 Infraestruturas" e Rubrica Orçamental 07030301 - "Viadutos, arruamentos e obras complementares", sob o número 15791/2016.-----

-----. O cabimento acima mencionado totaliza o preço base do procedimento, devendo-se, aquando da celebração do contrato, proceder à correção dos valores do mesmo para o valor a adjudicar, bem como ao seu competente compromisso. -----

-----RESSALVAS: O presente Município reserva-se o direito de não realizar a adjudicação do presente concurso, a qualquer dos concorrentes, nos termos do artigo 79.º, do Código dos Contratos Públicos. -----

-----Mais propôs submeter à Assembleia Municipal de Mortágua a autorização de abertura de procedimento que constitui encargo orçamental em ano que não é o da sua realização (a despesa ocorrerá durante o próximo ano de 2017), em cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos termos anteriormente explicitados (ao abrigo das disposições conjugadas da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

artigo 24.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro), bem como a autorização da assunção do consequente compromisso para o ano económico de 2017, nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação.-----

-----A Câmara, por unanimidade, tendo por base as informações prestadas, deliberou:-----

-----1) Submeter à Assembleia Municipal de Mortágua a autorização de abertura de procedimento que constitui encargo orçamental em ano que não é o da sua realização (a despesa ocorrerá durante o próximo ano de 2017), em cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos termos anteriormente explicitados (ao abrigo das disposições conjugadas da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e artigo 24.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro), bem como a autorização da assunção do consequente compromisso para o ano económico de 2017, nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação.-----

-----2) Mandar proceder à abertura do competente Concurso Público, para a empreitada: “Execução da 2ª. Fase das Infraestruturas para Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira”, pelo que aprovou o respetivo Processo de Concurso (Programa de Procedimento e Caderno de Encargos); -----

-----3) Aprovar a constituição do júri do concurso supra referido.-----

**11.1.4.3.-Aprovação do loteamento:-----**

-----Este ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos.-----

**12.-ADMINISTRAÇÃO:-----**

**12.1.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO PARA 2016:-----**

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do número do 1 do 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Modificação de Financiamento definido – duzentos mil euros (200.000,00 €);-----

-----Modificação de Financiamento não definido – duzentos mil euros (200.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou, por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

### **12.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2016:-----**

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – duzentos mil euros (200.000,00 €);-----

-----Anulação despesas de capital – duzentos mil euros (200.000,00 €);-----

-----Reforço despesas correntes – nove mil euros (9.000,00 €);-----

-----Anulação despesas correntes – nove mil euros ( 9.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal a Câmara deliberou, por unanimidade, aprová-la ficando a mesma arquivada no maço de documentos da presente reunião.-----

### **12.3.-PROJETOS DIVERSOS - Prestação de serviços para a requalificação e valorização da Ribeira da Fraga e Parque Verde – Criação de percurso pedestre entre o Barril e Parque Verde – Alteração da repartição de encargos de Compromisso plurianual:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----Por meu despacho de 19/06/2015 foi autorizado, respetivamente, a decisão de contratar e a adjudicação do procedimento por ajuste direto para a prestação de Serviços de elaboração do projeto de requalificação e valorização da Ribeira da Fraga – criação de percurso pedestre



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

entre Barril e Parque Verde, à empresa PB – Arquitetura Paisagística, Lda.-----

-----No seguimento da tramitação do processo a referida adjudicação a contratualização em 16/07/2015 foi efetuada de acordo com a respetiva proposta, e a assunção do compromisso no montante de 30.750,00 € foi realizada da seguinte forma:-----

-----10% com a adjudicação;-----

-----10% com a entrega do programa base;-----

----- 20% com a entrega do estudo prévio;-----

-----50% com a entrega do projeto de execução;-----

-----10% com a assistência técnica à execução da obra.-----

-----A despesa no valor de 30.750,00 € já com IVA foi compromissada em orçamento municipal de 2015 através da classificação 070115.-----

----- Considerando que o projeto de execução foi elaborado e entregue no ano de 2015 não tendo sido no entanto nesse ano desenvolvido o procedimento para adjudicação da obra, prevendo-se no entanto o seu lançamento em 2016, não podendo assim proceder-se ao pagamento dos 10% remanescentes do compromisso assumido em 2015 e referente à assistência técnica de execução da obra, por motivo não imputável ao adjudicatário.-----

-----Assim a aquisição de serviços passou a desenvolver-se por dois anos económicos distintos, tornando-se necessário proceder à repartição de encargos pelos anos de 2015, 2016, no seguinte enquadramento orçamental na rubrica 070115.-----

-----Para cumprimento do artigo 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, e regulamentada através do Decreto-Lei nº.127/2012, de 21 de junho e, ainda, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, a Assembleia Municipal de Mortágua, na sessão de 19/02/2016, aprovou previamente a assunção deste compromisso plurianual, uma vez que a repartição de encargos inerente cai fora dos casos previstos na autorização genérica emitida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 11/12/2015, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA à taxa legal em vigor:-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

----- Ano de 2015 – 27.675,00 €;-----

-----Ano de 2016 –3.075,00 €.-----

-----Atendendo a que a empreitada de “Recuperação e valorização da Ribeira da Fraga – Criação do percurso pedestre entre a ponte do Barril e o Parque Verde foi adjudicada em reunião de Câmara de 4/10/2016, sendo o seu prazo de execução de 120 dias a partir da data da assinatura do respetivo auto de consignação, que ocorreu em 27/10/2016, desenvolvendo-se assim em dois anos económicos distintos 2016 e 2017 (Nov. e Dez./2016 e Jan. e Fev/2017).-----

-----A aquisição de serviços referente à fiscalização da obra vai forçosamente a desenvolver-se em 2016 e 2017 .-----

----- Os contratos de aquisição de serviços podem ter a duração máxima de três anos incluindo prorrogações (artº. 440º. conjugado com o artº. 451º. ambos do CCP). Qualquer alteração à deliberação inicial deve ser aprovada pela mesma entidade.-----

----- Assim, será necessário previamente à decisão de alteração do prazo do contrato proceder à alteração da repartição de encargos autorizada pela Assembleia Municipal. O montante de 3.075,00€, deverá integrar o compromisso de 2017.-----

----- Esta despesa tem enquadramento no código 070115 do Orçamento Municipal.-----

-----Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere ao abrigo da alínea dd) do nº 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e do artigo 6º. da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, e regulamentada através do Decreto- Lei nº.127/2012, de 21 de junho, submeter à Assembleia Municipal que conceda autorização para alteração da repartição de encargos do contrato de Prestação de Serviço de Elaboração do Projeto para a Requalificação e Valorização da Ribeira da Fraga – Criação de Percorso Pedestre entre Barril e Parque Verde inerente aos compromissos subjacentes para o compromisso plurianual para o ano de 2017 da forma que a seguir se indica:-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Ano de 2015 – 27.675,00 €;-----

-----Ano de 2016 – 0,00 €;-----

-----Ano de 2017 – 3.075,00 €".-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

**12.4.-PROPOSTA RELATIVA AO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIO DE COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO AO FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ENERGIA ELÉTRICA ÀS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN), EM BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE) E EM MÉDIA TENSÃO (MT ) DO MUNICÍPIO DE MORTÁGUA AO ABRIGO DO ACORDO PARA FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE PROMOVIDO PELA CIM-RC:-----**

Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que o concurso público para fornecimento de energia elétrica às instalações alimentadas em média tensão (MT), baixa tensão especial (BTE) e baixa tensão normal (BTN) foi anulado na Reunião de Câmara de 16/11/2016, em conformidade com o parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;-----

-----Considerando que praticamente todos os contratos de Eletricidade foram celebrados com a agora EDP Universal;-----

-----Considerando a que a Diretiva n. 2003/54/CE define que todos os clientes de energia elétrica podem escolher livremente o seu fornecedor de energia elétrica;-----

-----Considerando que os preços por Kwh praticados no mercado livre são inferiores ao praticado pelo serviço regulado;-----

----- Considerando a que existem diversas firmas no mercado livre, que poderão apresentar propostas vantajosas para o Município, o que trará uma poupança;-----

-----Considerando a necessidade de se desenvolver no início do ano de 2017 o procedimento de contratação administrativo para o fornecimento de energia elétrica às instalações do município (edifícios e rede de iluminação pública), por ajuste direto ao abrigo do Acordo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Quadro nº.CIMRC-AQ 02/16 da Central de Compras eletrónicas da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, nos termos do artigo 259º. do Decreto-Lei nº.18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei nº. 278/2009, de 2 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº. 149/2012, de 12 de julho, vulgo Código dos Contratos Públicos;-----

----Considerando que os encargos para o fornecimento de energia elétrica às instalações do município (edifícios e rede de iluminação pública), foram apurados em referência ao ano de 2015, importaram em 443.345,81 €;-----

----Considerando ainda a complexidade do procedimento administrativo de contratação, bem como as vantagens comerciais, traduzidas num preço mais favorável, decorrentes da opção de estabelecer contrato por um período alargado que ultrapassará, necessariamente o ano económico;-----

----Considerando que o prazo de vigência do referido contrato nos termos do artigo 440º. aplicável por força do prescrito no artigo 451º., ambos do CCP, não poderá ultrapassar o limite máximo de 3 anos;-----

----Considerando que o encargo estimado anual decorrente do fornecimento de energia elétrica às instalações alimentadas em média tensão (MT), baixa tensão especial (BTE) e baixa tensão normal (BTN) será de: Ano de 2017 (10 meses) – 369.454,80 €; Ano de 2018 - 443.345,81 € ;Ano de 2019 - 443.345,81 €; Ano de 2020 (2 meses) - 73.890,96€, que inclui o IVA à taxa legal em vigor, e acomoda eventual atualização do preço por causa da inflação e a inclusão de novas instalações;-----

----Considerando que o referido contrato não produzirá encargo no presente ano económico, sendo certo que essa obrigação será satisfeita nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020.-----

----Considerando que os seus encargos excedem o seu limite de 99.759,58 €, por ano, previsto na alínea b), do nº.1 , do artigo 22º. do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 de junho, torna-se necessária a concessão de uma prévia autorização para a repartição da despesa em mais de um ano económico, a qual é da competência da Assembleia Municipal de acordo com o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

consagrado no artigo 22º., número 6 do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, em vigor por remissão da alínea f), do número, 1 do artigo 14º. do Decreto-Lei nº.18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.-----

-----Considerando que, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do nº. 1 do artigo 6º., da Lei número 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº. 22/2015, de 17 de março.-----

-----Nestes termos, proponho que a Câmara delibere submeter a presente proposta à Assembleia Municipal para autorizar a repartição da despesa, inerente à abertura de procedimento concursal por ajuste direto, atípico, do tipo “celebração de Contrato ao Abrigo de Acordo Quadro” em mais de um ano económico, nos termos do número 1 do artigo 22º. do Decreto-Lei número 197/99, de 8 de junho, em vigor por remissão da alínea f) do número 1 do artigo 14º. do Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de janeiro, e conceder autorização prévia por este Órgão deliberativo, para a assunção do compromisso plurianual, nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 6º., da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº. 22/2015, de 17 de março, relativa à prestação de serviços de fornecimento contínuo de energia elétrica às instalações alimentadas em média tensão (MT), baixa tensão especial (BTE) e baixa tensão normal (BTN) do Município de Mortágua (onde se inclui a iluminação pública), da seguinte forma:-----

-----Ano de 2017 (10 meses) – 369.454,80 €;-----

-----Ano de 2018 - 443.345,81 € ;-----

-----Ano de 2019 - 443.345,81 €;-----

-----Ano de 2020 (2 meses) - 73.890,96€”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **12.5.-PROPOSTA RELATIVA AO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIO DE COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVO AO FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS AO ABRIGO DO ACORDO PARA FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE PROMOVIDO PELA CIM-RC:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que o anterior procedimento para fornecimento de gasóleo e gasolina por, cartão eletrónico terá o seu terminus iminente em 28/02/2017;-----

-----Considerando a necessidade de se desenvolver no início do ano de 2017 o procedimento de contratação administrativo para o fornecimento de fornecimento de gasóleo e gasolina por, cartão eletrónico, por ajuste direto ao abrigo do Acordo Quadro nº.CIMRC-AQ 01/15 da Central de Compras eletrónicas da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, nos termos do artigo 259º. do Decreto-Lei nº.18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei nº. 278/2009, de 2 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº. 149/2012, de 12 de julho, vulgo Código dos Contratos Públicos;-----

-----Considerando que os encargos para o fornecimento de gasóleo e gasolina por, cartão eletrónico, foram apurados estimados em referência aos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, importaram em 3.000,00 € em gasolina e 140.000,00 € em gasóleo;-----

-----Considerando ainda a complexidade do procedimento administrativo de contratação, bem como as vantagens comerciais, traduzidas num preço mais favorável, decorrentes da opção de estabelecer contrato por um período alargado que ultrapassará, necessariamente o ano económico;-----

-----Considerando que o prazo de vigência do referido contrato nos termos do artigo 440º. aplicável por força do prescrito no artigo 451º., ambos do CCP não poderá ultrapassar o limite máximo de 3 anos;-----

-----Considerando que o encargo estimado anual decorrente do fornecimento de gasóleo e gasolina por, cartão eletrónico, será de: -----

-----Gasolina: Ano de 2017 (10 meses) – 2.500,00€; Ano de 2018 - 3.000,00 €; Ano de 2019 -



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

3.000,00 €; Ano de 2020 (2 meses) - 500,00 €-----

-----Gasóleo: Ano de 2017 (10 meses) – 116.666,70 €; Ano de 2018 - 140.000,00 €; Ano de 2019 – 140.000,00 €; Ano de 2020 (2 meses) - 23.333,34 €-----

----que inclui o IVA à taxa legal em vigor, e acomoda eventual atualização do preço por causa da inflação;-----

-----Considerando que o referido contrato não produzirá encargo no presente ano económico, sendo certo que essa obrigação será satisfeita nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020.-----

-----Considerando que os seus encargos excedem o seu limite de 99.759,58 €, por ano, previsto na alínea b), do nº.1, do artigo 22º. do Decreto-Lei nº. 197/99, de 8 de junho, torna-se necessária a concessão de uma prévia autorização para a repartição da despesa em mais de um ano económico, a qual é da competência da Assembleia Municipal de acordo com o consagrado no artigo 22º., número 6 do Decreto-Lei nº.197/99, de 8 de junho, em vigor por remissão da alínea f), do número, 1 do artigo 14º. do Decreto-Lei nº.18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;-----

-----Considerando que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do nº. 1 do artigo 6º., da Lei número 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº. 22/2015, de 17 de março.-----

-----Nestes termos, proponho que a Câmara delibere submeter a presente proposta à Assembleia Municipal para autorizar a repartição da despesa, inerente à abertura de procedimento concursal por ajuste direto, atípico, do tipo “celebração de Contrato ao Abrigo de Acordo Quadro” em mais de um ano económico, nos termos do número 1 do artigo 22º. do Decreto-Lei número 197/99, de 8 de junho, em vigor por remissão da alínea f) do número 1 do artigo 14º. do Decreto-Lei nº. 18/2008, de 29 de janeiro, e conceder autorização prévia por



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

este Órgão deliberativo, para a assunção do compromisso plurianual, nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 6º., da Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº. 22/2015, de 17 de março, relativa à prestação de serviços de fornecimento contínuo de combustíveis, da seguinte forma:-----

-----Gasolina: Ano de 2017 (10 meses) – 2.500,00€; Ano de 2018 - 3.000,00 €; Ano de 2019 – 3.000,00 €; Ano de 2020 (2 meses) - 500,00 €-----

-----Gasóleo: Ano de 2017 (10 meses) – 116.666,70 €; Ano de 2018 - 140.000,00 € ; Ano de 2019 – 140.000,00 €; Ano de 2020 (2 meses) - 23.333,34 €-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.-

### **12.6.-PROTOCOLO A CELEBRAR COM O BPI RELATIVO A CONDIÇÕES PREFERENCIAIS PARA CLIENTES MAIORES DE IDADE COM ORDENADO DOMICILIADO NA REDE DE BALCÕES BPI:-----**

-----Foi presente o Protocolo do Banco BPI, SA, Sociedade Aberta, apresentado pelo BPI e a celebrar com o Município de Mortágua e que visa assegurar, se assim o entenderam, aos colaboradores/trabalhadores do Município com ordenado domiciliado na rede de balcões BPI o acesso em condições preferenciais a um conjunto de produtos e serviços por si comercializados.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade subscrever o Protocolo.-----

### **12.7.-PROCESSO Nº.520/11.1.BEVIS, TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE VISEU, AÇÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL PRETENSÃO CONEXA ATOS ADMINISTRATIVOS, EM QUE É AUTORA TELMA ALMEIDA MARQUES DOS REIS E RÉU A CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA (E OUTROS) – SENTENÇA:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 00498065, de 22/11/2016 do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu a notificar a Câmara Municipal do teor da decisão da sentença sobre o processo supra identificado em que Telma Almeida Marques dos Reis, veio



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

intentar Ação Administrativa especial para impugnação do ato administrativo que ordena a cessação imediata da construção em curso de uma moradia unifamiliar, da autoria do Exm<sup>o</sup>. Senhor Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Centro, contra o Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, atualmente Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e Município de Mortágua, peticionando os vícios de que enferma o ato e em consequência ser determinado:-----

-----a) a anulação do ato impugnado com fundamento em vício e violação da lei nomeadamente o disposto no DL n.º 73/2009, de 31 de Março bem como dos Princípios da boa fé, Proporcionalidade e da confiança jurídica ou em alternativa;-----

-----b) a condenação da ré Câmara Municipal de Mortágua ao pagamento dos danos patrimoniais, atualmente suportados pela autora no valor de sessenta e um mil quinhentos e dois euros e vinte e três cêntimos (61.502,23€); -----

-----c) a condenação das autoridades recorridas no pagamento de custas e procuradoria condigna.-----

-----A decisão da sentença julga a ação procedente e, em consequência anula o ato impugnado praticado pelo Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, atualmente Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, com fundamento Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, atualmente Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural com fundamento em vício e violação da lei, absolvendo o Município de Mortágua do pedido de condenação ao pagamento dos danos patrimoniais.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

**12.8.-PROCESSO N.º.259/15.9.BEVIS, TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE VISEU, AÇÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL PRETENSÃO CONEXA ATOS ADMINISTRATIVOS, EM QUE É AUTORA TELMA ALMEIDA MARQUES DOS REIS E RÉU MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E MAR, CONTRA INTERESSADO**



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **A CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA – SENTENÇA:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 00498237, de 23/11/2016 do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu a notificar a Câmara Municipal do teor da decisão da sentença sobre o processo supra identificado em que Telma Almeida Marques dos Reis, veio intentar Ação Administrativa especial de impugnação do ato administrativo contra o então Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, atualmente Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural consubstanciado no ato administrativo constante no Despacho exarado pelo Exmº. Senhor Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Centro que ordena a demolição da habitação, a demolição de muros de vedação e suporte, a escavação dos alicerces dos muros e habitação, a escavação do aterro existente na frente da habitação até à cota natural do terreno, o carregamento e transporte dos materiais resultantes da escavação e da demolição do vazadouro autorizado, com fundamento em vício de violação da lei nomeadamente o disposto no DL n.º.73/2009, e 31 de Março bem como do Princípio da Proporcionalidade nos termos do artigo 18º. N.º.2 da Constituição da Republica Portuguesa.---

-----A decisão da sentença julga a ação administrativa especial procedente e, em consequência anula o ato impugnado que ordena a demolição da habitação, a demolição de muros de vedação e suporte, a escavação dos alicerces dos muros e habitação, a escavação do aterro existente na frente da habitação até à cota natural do terreno, o carregamento e transporte dos materiais resultantes da escavação e da demolição do vazadouro autorizado.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **12.9.-RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO “EDUCAÇÃO PARA A SEGURANÇA, A DEFESA E A PAZ”:------**

-----Pelo Senhor Presidente, foi presente para efeito de ratificação, conforme dispõe o n.º. 3 do artigo 35º. do Anexo I da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, o Protocolo celebrado no dia 5/12/2016, entre os Ministérios da Defesa Nacional e Educação e vinte e dois (22) municípios do distrito de Viseu e que visa proporcionar aos alunos do distrito aulas de defesa, segurança e paz.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade ratificar o ato do Senhor Presidente de assinatura do Protocolo.-----

### **12.10.-PROPOSTA PARA QUE O MUNICÍPIO SEJA FUNDADOR DA CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CAMINHOS DE FÁTIMA:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----“ Recentemente foi constituída a Associação ACF – Associação Caminhos de Fátima, da qual já integram 14 Municípios, entre Vila Nova de Gaia e Pombal.-----

-----Esta Associação terá como desígnios fundamentais cujo objeto é o fomento e a defesa dos Caminhos de Fátima.-----

-----1) O fomento e a defesa dos Caminhos de Fátima em todas as suas dimensões;-----

-----2) A ajuda ao peregrino e/ou caminhante;-----

-----3) A defesa e promoção do património cultural dos Caminhos de Fátima;-----

-----O incremento da segurança e a melhoria das condições de fruição turística e cultural de todos aqueles que, anualmente percorrem os caminhos até Fátima, é urgente e nós Mortaguenses já sentimos de forma bem marcante.-----

-----Neste sentido, e quando estamos a cerca de meio ano dos 100 anos das Aparições de Fátima, é importante estruturar e tornar mais seguro, certificar, interpretar e gerir todas as etapas deste percurso cultural e religioso.-----

-----No entanto, este é um trabalho que deve ser desenvolvido em colaboração com o maior número de Municípios, de forma a garantir todas as condições ao longo do percursos.-----

-----Assim, foi contactada recentemente a Associação Caminhos de Fátima sobre a possibilidade do Município de Mortágua integrar a referida Associação, a qual informou que se o mesmo acontecesse até ao final do presente ano, seria igualmente considerado Município Fundador, com uma quota mensal para o ano de 2016 fixada em 348,20 €/mês.-----

-----Nos termos do nº 1 do artigo 56º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, mediante



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

designado RJAEL, as associações de direito privado constituídas por municípios devem prosseguir fins de relevante interesse público local, devendo a sua atividade compreender-se nas suas atribuições;-----

-----\_ Constituem atribuições dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo aqueles de atribuições, designadamente, nos domínios dos transportes e comunicações, da promoção do desenvolvimento e do ordenamento do território (cfr nº 1 e alíneas c), m) e n) do nº 2 do artigo 23º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro); -----

-----\_ A melhoria das condições de peregrinação a pé até ao Santuário de Fátima, em termos de segurança, conforto e apoio, afastando os peregrinos das estradas e itinerários nacionais com grande movimentação de trânsito automóvel, se traduz, inequivocamente, num projeto de relevante interesse público local, dada a responsabilidade de planeamento e gestão territorial que sobre os municípios impende; -----

-----\_ É determinante proceder à formalização de o Município ser considerado fundador da constituição da Associação; -----

-----\_ -Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 53º, por remissão do nº 3 do artigo 56º, ambos do RJAEL, e da alínea n) do nº 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, compete ao órgão Assembleia Municipal, sob proposta do órgão Câmara Municipal, deliberar sobre a constituição de uma associação de direito privado; -----

-----\_ Nos termos do nº 2 do artigo 53º, por remissão do nº 3 do artigo 56º, ambos do RJAEL, a deliberação de constituição de uma associação deve observar o cumprimento dos procedimentos previstos na lei, aplicando-se o disposto no artigo 32º; -----

-----\_ O nº 5 do artigo 32º do RJAEL estatui que os projetos de estatutos e demais elementos de instrução existentes, acompanham as propostas de constituição, devendo ser objeto de apreciação e deliberação pelo órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo (cfr. Artigo 22º); -----

-----Nestes termos, propõe-se que a Câmara Municipal delibere no sentido de: -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----a) Apresentar proposta para que o Município seja fundador da constituição da Associação “Caminhos de Fátima” à Assembleia Municipal para aprovação;-----

-----b) Fazer acompanhar tal proposta dos Estatutos da referida Associação, para apreciação e aprovação pela Assembleia Municipal.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta e remeter a mesma à apreciação da Assembleia Municipal de Mortágua, uma vez que de acordo com o previsto nas disposições conjugadas da alínea n) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e n.º 1 do artigo 53.º, aplicável por remissão do n.º 3 do artigo 56.º, ambos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a competência para aprovar a participação do Município nas entidades previstas no Capítulo V da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nas quais se incluem as associações, é da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.-----

-----Os Estatutos da Associação “Caminhos de Fátima” ficam arquivados na pasta anexa ao livro de atas.-----

### **13.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:**-----

**13.1.-REQUERIMENTO Nº.668/2016, DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DO PROC.º 01/2016/50 – CONSTRUÇÃO NOVA - MUROS (ALÍNEA b) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS) – INDEFERIMENTO:**-----

-----No seguimento da notificação efetuada a Ludgero de Figueiredo Matos através do ofício DGAF/AG - 6234, de 7 de novembro último, relativa ao projeto de indeferimento tomado na Reunião de Câmara de 2/11/2016, relativamente ao pedido de isenção do pagamento de taxas de licenciamento do processo acima referido, pelo facto de o mesmo não se enquadrar na alínea b) do n.º.1 do artigo 29º. do RMUET porquanto não se demonstra a criação de 5 postos de trabalho, foi presente a informação dos serviços administrativos datada de 30/11/2016 a informar que terminou a 24/11/2016 o prazo do período de audiência prévia para requerente se pronunciar nos termos do CPA, não tendo dado entrada nos serviços qualquer resposta à referida notificação.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade converter o projeto de decisão de indeferimento tomado na reunião de Câmara de 02/11/2016, em decisão definitiva do presente processo nos termos e com os fundamentos ali indicados, devendo proceder-se à respetiva notificação ao requerente.-----

**13.2.-PROCESSO N.º. 01.2016.193, REQUERIDO POR BORPERGÁS, LD<sup>a</sup> PARA À CONSTRUÇÃO DE POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (CLASSE 1) PARA CONSUMO PRÓPRIO:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente processo n.º. 01/2016/193, cujo requerente é a Borpergás – Comércio e Distribuição de Gás, Ld<sup>a</sup>. para licenciamento da construção de Posto de Abastecimento de Combustíveis – Consumo Próprio Classe A1 e com a capacidade de 39 m3 , sito na Rua da Escola, em Vila Nova, Freguesia do Sobral.-----

-----O Parecer Técnico, datado de 10/11/206 do Chefe da Divisão de Planeamento e Administração do Território que conclui que o processo está em condições de ser aprovado para novo licenciamento.-----

-----A Câmara, depois de apreciado, deliberou por unanimidade aprovar o processo para licenciamento da operação urbanística.-----

**13.3.-PROCESSO N.º. 01.2016/100, REQUERIDO PELA REPSOL GÁS PORTUGAL, S.A. PARA À CONSTRUÇÃO DE POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (CLASSE A1) NO POLO INDUSTRIAL DE VALE DE BORREGÃO:-----**

-----No seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 19/10/2016 sobre a reclamação apresentada pela Repsol Gás Portugal, SA referente ao processo n.º. 01/2016/100, de licenciamento da alteração/ampliação de instalação de armazenagem de GPL – Classe A1, Rua Democrática, no Polo Industrial de Vale de Borregão, Freguesia da Marmeleira, pelo Senhor Presidente foi presente a proposta final de decisão elaborada pelo Chefe de Divisão de Planeamento e Conservação do Território, datada de 14/11/2016, que a seguir se transcreve:--

-----“Em resposta à V. reclamação e consequente parecer técnico da Divisão de Planeamento e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Administração do Território de 03.10.2016, que se anexa, informa-se v. Ex<sup>a</sup>. que concluímos que neste tipo de operação urbanística, se afigura, caso geral, a existência de 2 tipos de licenciamento:-----

----- da operação urbanística da edificação (RJUE-DL n.º.555/99 – projeto de edificação, estabilidade, fundações, apoios, betão armado, pilares, pavimentos cimentados, vedação exterior perimetral);-----

----- da instalação e funcionamento dos equipamentos (DL n.º. 217/2012).-----

-----No caso concreto em análise e uma vez que é indicado no último parágrafo da reclamação que se trata de um aumento de capacidade do reservatório, de 4,48 m<sup>3</sup> por 7,48 m<sup>3</sup>, no mesmo recinto e, portanto, sem necessidade de proceder a trabalhos de construção/edificação, não se justifica, pois, o licenciamento da edificação com base no RJUE.-----

-----Mantem-se, contudo, o procedimento de “licenciamento simplificado da instalação” nos termos do DL n.º.217/2012 e portaria n.º. 1515/2007”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade remeter o processo aos serviços para fundamentarem de forma concretizada, indicando as concretas alíneas, números e artigos dos diplomas referidos que justificam o pressuposto, pois só assim a deliberação se mostrará fundamentada nos termos do CPA.-----

### **13.4.-PROC.º. N.º. 05/2016/4 DE ALTERAÇÃO DE CAMINHO, NA RUA DA GANDARADA, VILA MEÃ, FREGUESIA DO SOBRAL:-----**

-----Foi presente o processo número 05/2016/4 em nome de Rosa Isabel Moreira Martins, residente na Av. Dr. José Assis e Santos, n.º.14, 3.º. Frente, Freguesia de Mortágua, e Nuno Miguel dos Santos, residente na Rua do Soito, n.º.7, Vila Gosendo, Freguesia do Sobral em que na qualidade de proprietários dos prédios confinantes do prédio rústico 20087 e urbano n.º.2232, da freguesia do Sobral, situados na Rua da Gandarada, na localidade da Carrapata, freguesia do Sobral, descritos na Conservatória do Registo Predial de Mortágua sob o n.º. 107 e n.º. 6440, respetivamente, requerem a alteração da localização de Caminho, com seis (6,00) metros de largura, na Rua da Gandarada, Vila Meã, Freguesia de Mortágua, confinante com o



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

citados prédios, e que tem em vista a modificação da implantação de muros e a largura do mesmo para cinco (5,00) metros.-----

-----De acordo com a informação administrativa, datada de 11/10/2016, constante no processo verifica-se que terminou, em 10/10/2016, o prazo de trinta (30) dias tornado público pelo Edital n.º 65/2016, de 24/08/2016, sem que até aquela data tenha sido apresentada qualquer reclamação sobre a alteração do caminho pretendida.-----

-----O Parecer Técnico do Chefe de Divisão do Planeamento e Administração do Território, datado de 29/11/2016, conclui que:-----

-----“Mantenho e volto a reafirmar o constante do parecer de 27/06/2016 (fl.32) que se transcreve:-----

-----“ A carta enviada pelo munícipe e registada com o n.º 05.2016.243 com data de entrada de 23.06, respeita ao processo n.º 05.2016.4 no qual o parecer técnico da DPAT (fl.29) solicitava fundamentação e justificação para as alterações de implantação dos muros previstos no projeto.-----

-----A análise do parecer técnico do requerente e do autor de projeto Sr. Arquiteto David Trindade Lopes dos Santos permite concluir que os fundamentos e argumentos ali expostos são pertinentes e aceitáveis.-----

-----Trata-se atualmente de um caminho florestal que a médio ou longo prazo poderá vir a ser uma futura alternativa de arruamento de acesso ao CAO da Sta. Casa da Misericórdia logo que exista projeto compatível, acordos com os restantes proprietários de terrenos e decisão superior para tal.-----

-----Neste momento, a largura de 5 metros livres em toda a extensão do caminho permitirá uma circulação viária normal pelo que o meu parecer é favorável à alteração proposta.”.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade, face às dúvidas que se levantam relativamente à natureza do caminho remeter o processo ao assessor jurídico para emissão de parecer.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **13.5.-PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE E AMPLIAÇÃO DE COMPARTES:-----**

#### **13.5.1.-De Dilia Gomes Ferreira:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes os processos:-----

-----a) nº. 10.2016/49, de Dilia Gomes Ferreira, na qualidade de cabeça de casal da herança aberta por óbito de seu marido Carlos Gomes Ferreira, proprietário 1/2 do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Sobral com o artigo 15799 no local denominado “Rebordosa”, sito em Sobral, Freguesia de Sobral a com a área de 0,240000 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Ludovina Maria Ferreira (1/4), António Carlos Ferreira (1/4).-----

-----b) nº. 10.2016/50, de Dilia Gomes Ferreira, na qualidade de cabeça de casal da herança aberta por óbito de seu marido Carlos Gomes Ferreira, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Sobral com o artigo 18281 no local denominado “Pinheiros”, sito em Sobral, Freguesia de Sobral a com a área de 0,029000 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Ludovina Maria Ferreira (1/2), António Carlos Ferreira (1/2).-----

-----c) nº. 10.2016/51, de Dilia Gomes Ferreira, na qualidade de cabeça de casal da herança aberta por óbito de seu marido Carlos Gomes Ferreira, proprietário de do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Sobral com o artigo 18279 no local denominado “Pinheiro”, sito Sobral, Freguesia de Sobral a com a área de 0,140000 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Ludovina Maria Ferreira



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

(1/2), António Carlos Ferreira (1/2).-----

-----d) nº. 10.2016/52, de Dilia Gomes Ferreira, na qualidade de cabeça de casal da herança aberta por óbito de seu marido Carlos Gomes Ferreira, proprietário de 1/2 do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Sobral com o artigo 15716 no local denominado “Carvalheira”, sito em Sobral, Freguesia de Sobral a com a área de 0,484000 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Ludovina Maria Ferreira (1/4), António Carlos Ferreira (1/4).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

### **13.5.1.-De Maria Sildina Marques:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes os processos:-----

-----a) nº. 10.2016/53, de Maria Sildina Marques, na qualidade de cabeça de casal da herança aberta por óbito de seu marido Joaquim Fernandes, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Sobral com o artigo 11373 no local denominado “Cavada”, sito em Sobral, Freguesia de Sobral a com a área de 0,073000 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Maria Manuela Marques Fernandes (1/2), Aldina Clara Marques Fernandes (1/2).-----

-----b) nº. 10.2016/54, de Maria Sildina Marques, na qualidade de cabeça de casal da herança aberta por óbito de seu marido Joaquim Fernandes, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Sobral com o artigo 10963 no local denominado “Vale de Meroiço”, sito em Sobral, Freguesia de Sobral a com a área de 0,99800 ha e solicitando a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de Aníbal Marques Fernandes (1/2) , Aldina Clara Marques Fernandes (1/2).-----

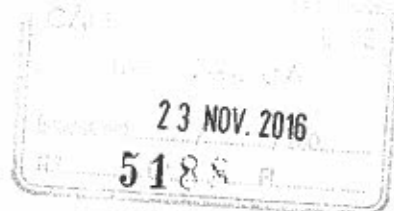
-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezanove horas.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----



P. M. MORTAGUA - DESPACHO		
PARA	DE	ASS
CAB		
VER		
BASE		
BAC/DE		
BAC/INAB		
BAC/INEN		
BDES		
BETSU		
DRAS		
GRAT/PISO		
PMFE		
GAT		
VETERI		

*Cópia remessa de Câmara para conhecimento*

22 NOV. 2016

Ex.mo(a) Senhor(a)  
Presidente da Câmara Municipal do Município de Mortágua  
Rua Dr João Lopes de Moraes  
3450-153 Mortágua

Nossa referência  
Centro2020 576/16  
CENTRO 2020 - Secretaria Virtual

Data  
10. NOV. 2016

*[Handwritten signature]*

**Assunto:** CENTRO-16-2016-01-060 - PARU de Mortágua - Envio de contrato

Na sequência da deliberação da CD de 04.10.2016 e da aceitação da minuta do contrato PARU de 25.10.2016, junto se remetem dois exemplares do contrato PARU, solicitando que, depois de devidamente assinados, nos seja remetido um dos exemplares.

Com os melhores cumprimentos

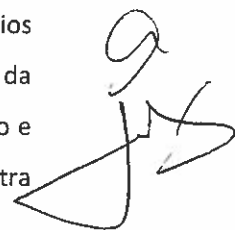
A Vogal Executiva da Comissão Diretiva

*[Handwritten signature]*  
(Isabel Damasceño)

**PLANO DE AÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA**  
**APRESENTADO PELO**  
**MUNICÍPIO DE MORTÁGUA**

Considerando que:

- i. Os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) constituem uma contribuição fundamental para a recuperação económica e estrutural do país, consagrada no Acordo de Parceria que Portugal assinou com a Comissão Europeia, onde foram adotados os princípios de programação da «Estratégia Europa 2020» e políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial.
- ii. Em reconhecimento da importância das cidades na aplicação da «Estratégia Europa 2020», a dimensão urbana da Política de Coesão foi consideravelmente reforçada para o período 2014-2020.
- iii. Tal é particularmente evidente no que diz respeito ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) que, ao apoiar o desenvolvimento urbano sustentável, através dos investimentos territoriais integrado, concretizados em ações integradas em estratégias para enfrentar os desafios económicos, ambientais, climáticos, demográficos e sociais que afetam as zonas urbanas, tendo simultaneamente em conta a necessidade de promover ligações entre os meios urbano e rural, impõe aos Estados-membros a afetação de, pelo menos 5% da respetiva dotação, ao apoio a estratégias de desenvolvimento urbano integrado e sustentável (a dotação FEDER para os centros urbanos complementares não entra para a meta de 5%).
- iv. Resulta do artigo 120.º da Portaria n.º 57-B/2015, de 27 fevereiro, Portaria alterada pela Portaria n.º 404-A/2015, de 18 novembro e pela Portaria n.º 238/2016, de 31 de agosto, e do Programa Operacional Regional do Centro, que os Municípios que integram, no seu território, centros urbanos complementares devem apresentar um Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), desde que pretendam



contratualizar com o Programa Operacional referido a prioridade de investimento inscrita no Eixo 7 - Afirmar a Sustentabilidade dos Territórios (CONSERVAR) -, designadamente: 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.

- v. Os PARU, tendo presente a estratégia de intervenção ao nível da regeneração urbana, são aprovados pela Autoridade de Gestão (AG) do Programa Operacional Regional do Centro, tendo em consideração os pareceres emitidos pelas Direções de Serviços da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, com competências nas áreas abrangidas pelos planos, designadamente a Direção de Serviços de Ordenamento do Território e a Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional.
- vi. A 1 de abril de 2016 foi publicado o Convite Centro-16-2016-01, para apresentação de candidaturas relativas ao PARU.
- vii. O processo de seleção dos PARU incorporou a avaliação da coerência e qualidade do PARU, numa 1.ª fase e, numa 2.ª fase, os resultados relativos à negociação da configuração e razoabilidade dos investimentos, dos compromissos em termos de metas e resultados e da capacidade de concretização do PARU.
- viii. O processo de negociação permitiu concluir um acordo entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro e os Municípios onde se localizam os Centros Urbanos Complementares a quem foi dirigido o Aviso de Concurso.

é celebrado o presente contrato entre:

a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro, neste ato representada por Ana Maria Pereira Abrunhosa Trigueiros de Aragão, que outorga na qualidade de Presidente da Comissão Diretiva, por inerência do cargo de Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, nos termos previstos na Resolução de Conselho de



Ministros n.º 73-B/2014, de 11 de Dezembro, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 242, de 16 de dezembro e no Despacho n.º 6756/2014, de 19 de Maio de 2014 do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional e do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº.99, de 23 Maio de 2014, adiante designado como primeiro outorgante;

e o

Município de Mortágua, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal José Júlio Henriques Norte, adiante designado como segundo outorgante.

#### **Cláusula 1ª**

##### **Natureza**

O Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) de Mortágua, tem a natureza jurídica de um contrato e rege-se pelo disposto nas cláusulas seguintes e nos documentos Anexos, que dele fazem parte integrante.

#### **Cláusula 2ª**

##### **Âmbito**

O presente contrato é celebrado ao abrigo do n.º 1 e n.º 3 do artigo 7.º do Regulamento (UE) n.º 1301/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, e do n.º 4 do artigo 120.º da Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro, com a redação que lhe foi conferida pela Portaria n.º 404-A/2015, de 19 de novembro, e pela Portaria n.º 238/2016, de 31/8, que republicou, em anexo, o Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, e define os termos e condições em que a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro, como Programa financiador, apoia o Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) acordado com o segundo outorgante, e os compromissos desta entidade em termos de investimentos, metas e resultados a alcançar.

**Cláusula 3ª****Dotação financeira**

Para o financiamento do PARU, o primeiro outorgante assegura para o período de vigência do Programa um apoio global de Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional que totaliza 878.083,49€ (oitocentos e setenta e oito mil, oitenta e três euros e quarenta e nove centésimos), sujeito a revisão aquando e nos termos, do exercício de avaliação previsto no n.º 3. da Cláusula 7ª, para comparticipar os projetos enquadrados na Prioridade de Investimento 6.5.

**Cláusula 4ª****Prioridade de Investimento**

É abrangida pelo presente contrato, a seguinte prioridade de investimento:

6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído;

**Cláusula 5.ª****Conteúdo e periodicidade dos relatórios de execução**

O segundo outorgante compromete-se a colaborar com o primeiro outorgante na elaboração dos relatórios anuais de execução do PO, nomeadamente no que respeita ao fornecimento de informações, dados e exemplos e respetivo material de suporte, (incluindo registos de imagem) de realização e impacto/ resultado, sobre as iniciativas e atividades de comunicação, promoção ou informação que tenham sido desenvolvidas no contexto das suas competências ou que tenham sido desenvolvidas pelo beneficiário, sem prejuízo de relatórios intercalares que venham a ser definidos pelo primeiro outorgante, designadamente quanto ao contributo para previsões de execução.



**Cláusula 6.ª****Organização do dossier das operações**

O segundo outorgante deve manter permanentemente atualizado um registo em suporte informático referente a todas as operações, de acordo com a estrutura prevista nas orientações emitidas pelo primeiro outorgante.

**Cláusula 7ª****Metas, resultados, acompanhamento e avaliação**

1. O segundo outorgante compromete-se a contribuir para o cumprimento das metas do POR Centro através das metas dos indicadores de realização e dos indicadores de resultado, associados à prioridade de investimento 6.5, das operações contratualizadas resultante do processo de avaliação do PARU, e que constitui o Anexo 1 do presente contrato.
2. O PARU integra uma reserva de desempenho correspondente a 6% da dotação prevista no ponto 15 do Aviso de Abertura de Concurso Centro-16-2016-03, que não poderá ser comprometida até à conclusão da avaliação prevista no número seguinte.
3. O PARU é objeto de avaliação intercalar em 2019, podendo ser alvo de revisão, em sentido decrescente ou crescente, em função do grau de concretização das metas previstas para 2018 nos indicadores de realização e resultado, nos termos a definir na operacionalização do quadro de desempenho do Portugal 2020 e dos seus programas. Assim, e como resultado desta avaliação, poderão as operações previstas para a 2.ª fase poder vir a ser co-financiadas, desde que o processo de avaliação global previsto para 2019 permita libertar recursos que as acolham.
4. O segundo outorgante, conforme estabelecido na regulamentação comunitária e nacional aplicável, compromete-se a responder atempadamente a todas as solicitações das entidades europeias, nacionais e do PO financiador, nomeadamente relacionadas com os processos de acompanhamento, monitorização e avaliação.



5. De forma autónoma à avaliação referida no número 3 da presente Cláusula poderá haver um processo de avaliação relativo à operacionalização e aos primeiros resultados da implementação do PARU.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Revisão e Resolução**

1. As Cláusulas constantes do presente contrato podem ser revistas, por iniciativa de qualquer um dos outorgantes em face da alteração significativa das circunstâncias que determinaram os seus termos.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o incumprimento, por parte de qualquer dos outorgantes, das obrigações resultantes do presente contrato, que torne impossível ou dificulte seriamente a realização dos seus objetivos, confere ao outro o direito de proceder à sua resolução.
3. No caso de resolução, o segundo outorgante deverá proceder à atualização, no prazo definido pelo primeiro outorgante, no Sistema de Informação do Programa Operacional, de toda a informação relevante relativa a cada uma das operações.

#### **Cláusula 9ª**

##### **Elementos integrantes do PARU**

Fazem parte integrante do presente contrato os seguintes anexos:

- a. Quadro com lista de operações acordado na fase negocial e quantificação das metas dos indicadores de desempenho do PARU (realização e resultado) para 2018 e 2023 - Anexo 1.

9

**Cláusula 10ª****Vigência e produção de efeitos**

O presente contrato produz efeitos na data da sua assinatura, sendo válido enquanto vigorar o Programa Operacional Regional do Centro e não for denunciado por algum dos outorgantes.

Coimbra, 3 de novembro de 2016

O presente contrato é feito em duplicado, sendo assinado pelas partes, valendo estes exemplares como originais.

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro



Ana Maria Pereira Abrunhosa Trigueiros de Aragão

O Presidente da Câmara Municipal de Mortágua

  
José Júlio Henriques Norte

## Anexo 1

Quadro com lista de operações acordado na fase negocial e quantificação das metas dos indicadores de desempenho do PARU

9  
JLS

**CENTRO** **MORTÁGUA**

Fase	Prioridade	Designação da Ação	Indicador Realização Final	M. 2018 Realização	M. 2023 Realização	Indicador Resultado Final	M. 2018 Resultado	M. 2023 Resultado	Inv. Total Final	Inv. Eleg(vel) Final	FEDER Final
Fase 01	IF	Instrumento Financeiro Sinalizado	O.06.05.05.C	12	12	R.06.05.01.E	2	2	-	-	10.000,000
	P01	Requalificar a Praça 5 de Outubro, localizada na contiguidade da Rua Dr. João Lopes de Moraes, de uma forma articulada e Integrada	O.06.05.03.C	470	470	R.06.05.01.E	2	2	250.000,000	250.000,000	212.500,000
	P02	Requalificação do Parque Urbano das Nogueiras e do Parque Verde da Ponte	O.06.05.03.C	6000	6000	R.06.05.01.E	2	2	350.000,000	350.000,000	297.500,000
Fase 02	P03	Promover a organização da Alameda da Igreja Matriz através da separação funcional entre os diferentes espaços e a requalificação do antigo Coleiteiro para a promoção de um espaço de desenvolvimento de competências e interpretação - Fase 1	O.06.05.03.C	12500	12500	R.06.05.01.E	2	2	433.250,000	433.039,400	368.083,490
	P04	Fase 01 Total							1.033.250,000	1.033.039,400	888.083,490
		Promover a organização da Alameda da Igreja Matriz através da separação funcional entre os diferentes espaços e a requalificação do antigo Coleiteiro para a promoção de um espaço de desenvolvimento de competências e interpretação - Fase 2	O.06.05.04.C	200	200	R.06.05.01.E	2	2	1.141.750,000	1.141.750,000	970.487,500
		Fase 02 Total Total Geral							1.141.750,000 2.175.000,000	1.141.750,000 2.174.789,400	970.487,500 1.858.570,990

9  
JH